


Os embates na construção de certezas sobre o retorno presencial às aulas


The clashes in the construction of certainties about the face-to-face return to classes

Los desencuentros en la construcción de certezas sobre el regreso presencial a clases

Gildo Antonio Moura Júnior¹

 0000-0003-1351-3326

Claudia Freitas Reis²

 0000-0003-0612-0428

RESUMO: Este trabalho visa analisar uma entrevista do ex-secretário de educação do estado de São Paulo, Rossieli Soares, na qual comparece à certeza de que a escola, em 2020 e 2021, era um espaço seguro para o retorno às aulas presenciais. Analisamos também uma carta aberta ao governo e ao secretário, que constrói uma certeza de que a escola não era um espaço seguro e que as metodologias adotadas pelo governo para o retorno eram precárias e questionáveis. Nesse sentido, evidenciamos os embates em torno de tal questão e quais são as estratégias utilizadas para construí-las, que se baseiam falsamente na ciência e em discursos autoritários que preveem punição àqueles que não cumprirem com as determinações. A questão da performatividade é analisada enquanto efeito de sentido mobilizado por elementos da cena enunciativa, como lugar social de dizer, em uma divisão dos sentidos. As análises pautam-se no embate público, ao perceber o político no acontecimento enunciativo da entrevista na relação com outros dizeres que buscam construir a importância da retomada das atividades presenciais, contrapondo-se ao que era então praticado e enunciado pela ciência naquele momento.

PALAVRAS-CHAVE: performatividade; pandemia; educação; discurso autoritário; ciência.

ABSTRACT: This work aims to analyze an interview with the former state secretary of education of São Paulo, Rossieli Soares, in which appears the certainty that the school, in 2020 and 2021, was a safe place for the return to face-to-face classes. We also analyzed an

¹ Mestrando em Linguística pela UNICAMP. Professor da Educação Básica do Estado de Minas Gerais. E-mail: gildoo_moura@hotmail.com

² Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Araraquara. E-mail: clauin@gmail.com

open letter to the government and the secretary, which, in turn, builds a certainty that the school was not a safe space and that the methodologies adopted by the government for the return were precarious and questionable. In this sense, we highlight the clashes around this issue and what are the strategies used to build certainties, which are sometimes falsely based on science and authoritarian discourses that predict punishment for those who do not comply with the determinations. The matter of performativity is analyzed as an effect of meaning, mobilized by elements of the enunciative scene, as a social place to say, in a division of the senses. The analyzes are based on the public clash, perceiving the political in the enunciative event of the interview in relation to other sayings that seek to build the importance of retaking face-to-face activities, opposing what was then practiced and enunciated by science at that time.

KEYWORDS: performativity; pandemic; education; authoritarian discourses; science.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo analizar una entrevista con el secretario de educación de São Paulo, Rossieli Soares, en el que aparece la certidumbre de que la escuela, en 2020 y 2021, fue un espacio seguro para el regreso a las clases presenciales. Analizamos también una carta abierta al gobierno y al secretario al que, a su vez, construye certidumbre de que la escuela no era un espacio seguro y que las metodologías adoptadas por el gobierno para el regreso eran precarias y cuestionables. En este sentido, destacamos los enfrentamientos alrededor de este tema y cuáles son las estrategias utilizadas para construir certidumbre, que a menudo se basan falsamente en la ciencia y en los discursos autoritarios que señalan la punición a los que no cumplan con las determinaciones. La cuestión de la performatividad es analizada como un efecto de sentido movilizado por elementos de la escena enunciativa, como lugar social del decir, en una división de los sentidos. Los análisis se basan en el embate público, al percibir lo político en el evento enunciativo de la entrevista y su relación con otros enunciados que buscan construir la importancia de retomar las actividades presenciales, oponiéndose a lo que se practicaba y en lo que enuncia la ciencia en aquel rato.

PALABRAS-CLAVE: performatividad; pandemia; educación; discurso autoritario; ciencia

Introdução

O governo de São Paulo, em 2020³, na figura do governador e do secretário de educação, dentro do contexto da pandemia, buscou significar a escola enquanto um espaço seguro, que seguia todas as normas requeridas para funcionamento durante o período pandêmico. Ou seja, o governo buscou, em seus dizeres, a construção de uma certeza de que o pior já havia passado, que os riscos haviam diminuído e que os alunos poderiam - e deveriam - voltar à escola. Entretanto, de outro lado, circulam notícias de jornal⁴, entre 2020 e 2021, que apontam o fato de o governo esconder explicitamente o número de casos confirmados nas escolas,

³Ver mais em: Cruz (2020), Pereira, Mesquita e Bermúdez (2020) e SP (2020).

⁴Freitas (2021), Escola [...], (2021) e Palhares (2021).

sinalizando a sustentação de uma certeza em falácias que se buscou intensamente construir como argumento para o retorno das atividades escolares presenciais.

Percebe-se, no dizer dos sujeitos que afirmam a segurança para a reabertura das escolas, a recorrência de enunciados que colocam a ciência como argumento para o retorno presencial. Ou seja, há uma afirmação da ciência como necessária para dizer o que se diz, no entanto, esses dizeres aparecem projetados por um enunciador genérico, que coloca o saber científico como algo do saber ordinário, sabido por todos e usado como argumento para construção de certezas falsas.

Por vezes, também, os próprios locutores legitimados ao dizer, locutores-especialistas e autoridades médicas, assumem uma enunciação que contraria ou reconstrói saberes supostamente baseados na ciência: deslegitimam os saberes científicos ditos por um determinado grupo⁵, na construção de uma certeza sem embasamento da ciência, que é legitimada, na enunciação, pelo lugar de dizer de médico e/ou cientista. Sendo assim, há locutores especialistas na saúde que negam a própria ciência, inscritos no discurso negacionista, por vezes reforçado por locutores em cargos de poder⁶.

Tomemos como exemplo os enunciados produzidos pela médica e deputada Carla Dickson (Pros-RN), ao afirmar que “*a urgência da pandemia a fez repensar a necessidade de comprovação científica [...]*”⁷ (recorte 1). Defensora do uso de cloroquina, a deputada argumenta em favor da chamada autonomia médica e afirma que “*no momento temos o kit covid-19 e é o que estamos usando*” (recorte 2), fazendo referência ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada cientificamente.

Considerando formulações como as que foram exemplificadas nos recortes 1 e 2, objetivamos analisar⁸ como essa “certeza de segurança” se constrói no dizer

⁵Aqui nos referimos à polarização política que ficou exacerbada nos últimos anos e que parece movimentar essa busca por argumentos. Podemos mencionar, por exemplo, a grande polêmica em torno da defesa do uso da cloroquina no combate à Covid.

⁶ Betim (2020), Betim e Benites (2020).

⁷Ver mais em Brasil (2020).

⁸ Nosso trabalho se filia ao LED – Grupo de Pesquisa Linguagem, Enunciação, Discurso (CNPq-UNICAMP), em sua investigação sobre os processos de construção dos efeitos de (in)certezas, apoiando-se em teorias enunciativas e do discurso em uma posição materialista. O grupo se dedicou (cf. Elias de Oliveira, 2020) a analisar a afirmação de (in)certezas (in)questionáveis projetadas no debate social contemporâneo. Logo, justifica-se nossa escolha pelo material a ser

normativo em relação à volta às aulas, portanto, no dizer de regulação normativa, àquele proferido pelos agentes governamentais. Ao mesmo tempo, tomaremos dizeres outros, que apontam para um cenário de contaminação, recordes de mortes e descaso com profissionais da educação pública, mas que são ressignificados como mentiras, ou ainda apagados, nas enunciações daqueles que defendem a volta das atividades presenciais. Buscamos, assim, investigar o litígio no estudo do acontecimento enunciativo acerca da retomada presencial da educação no estado de São Paulo, a performatividade do dizer⁹ do secretário, a partir do que é proposto em Austin (1990).

Nosso *corpus* é composto de um conjunto de falas do então secretário da educação do estado de São Paulo, Rossieli Soares, que defende abertamente o retorno às aulas desde meados de 2020, em momentos inclusive anteriores à vacinação. Como contra-argumentação, tomaremos a Carta Aberta para o Governo do Estado de São Paulo e ao Secretário de Educação do Estado de São Paulo¹⁰, publicada no dia 31 de outubro de 2021, a qual, em um movimento de resistência, contrapõe toda a certeza de segurança que o governo busca construir, elencando argumentos desfavoráveis ao retorno presencial de forma integral. Tal carta conta com a assinatura de inúmeros profissionais especialistas da saúde e da educação, estratégia que também analisamos.

Trabalharemos assim a performatividade dos dizeres do secretário de educação inscritos no litígio de sentidos em que afirmações, com o efeito de certeza, são contestadas em contra-argumentos por locutores diretamente ligados à educação e à saúde. Analisamos o dizer de políticos no poder, os quais ocupam lugares sociais de secretários de estado e defendem publicamente dizeres sem embasamento científico, ainda que aleguem estar se baseando na ciência - por exemplo, a recomendação do kit-covid e do tratamento precoce para o vírus¹¹, a qual defendia o uso de medicamentos sem comprovação científica, em detrimento da

analisado, que parece, em um primeiro momento, se centrar em uma disputa maior e recorrente na atualidade, sobre a legitimação do discurso científico.

⁹A performatividade é pensada por nós enquanto efeito de sentido, dado em uma conjuntura específica de enunciação, por exemplo, o lugar social do qual se enuncia.

¹⁰ Carta disponível em REMA (2021).

¹¹ Diretores [...], (2022).

autonomia dos profissionais. Há, nesse contexto, um questionamento das certezas sustentadas no conhecimento científico, na tomada da palavra dos locutores enquanto autoridades do dizer, no caso que analisaremos, na figura do secretário de educação.

Baseando-nos nos pressupostos teóricos de Austin (1990), consideramos aqui a linguagem enquanto ação, enquanto “atuação sobre o real” (Souza Filho, 1990, p. 10), pensando nas consequências-efeitos do dizer. Mobilizamos a Semântica Histórica da Enunciação proposta por Guimarães (2002, 2014), para pensar a configuração da cena enunciativa que faz funcionar, na distribuição dos lugares e modos de dizer, as enunciações que, por sua vez, movimentam os efeitos de certeza na sociedade.

De acordo com Guimarães (2002, p. 31), a cena enunciativa constrói “modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. O locutor enuncia a partir de um lugar social específico, mobilizando determinados efeitos de sentido e trabalhando na construção de certezas. Por exemplo, em uma configuração assumida pela cena enunciativa, temos um locutor-secretário da educação que trabalha para sustentar normatizações de condutas e práticas.

É a partir deste modo específico de acesso à palavra que a performatividade, enquanto efeito de sentido, se constrói dentre outras possibilidades. Está em jogo diferentes lugares sociais em uma divisão sempre desigual: de um lado, o locutor-secretário que afirma sobre a segurança e impõe o retorno às aulas por meio de decreto, agindo na (re)configuração do real; do outro, os locutores-especialistas da saúde, alunos e familiares que buscam diálogo e apresentam dizeres que contrariam as certezas que o primeiro busca construir. Portanto, há sempre uma disputa pela (re)significação, que produz o dissenso e a resistência, como veremos.

Mobilizamos ainda os conceitos de silenciamento proposto por Orlandi (1992) e memorável (Guimarães, 2002), os quais perpassam nossa análise. Tomamos por silenciamento o tensionamento inseparável entre o dizer e não-dizer, a articulação entre aquilo que é silenciado e o que é dito. Olharemos para o “silêncio constitutivo” (Orlandi, 1992, p. 75), o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma

palavra apaga necessariamente as “outras” palavras).

Por memorável, entendemos que o enunciado, enquanto acontecimento, recorta sua própria temporalidade, portanto “se configura por um presente que se abre em si uma latência de futuro (uma futuralidade)” (Guimarães, 2002, p. 12). O acontecimento recorta um passado, uma rememoração de enunciações, o já dito, fazendo comparecer à historicidade.

Para o desenvolvimento do texto, propomos quatro momentos de reflexão: no primeiro, analisamos como a certeza de segurança no espaço escolar é construída nos dizeres do locutor-secretário de educação em uma entrevista dada por este. No segundo momento, analisamos a carta aberta ao governo enquanto gesto de resistência, que, por sua vez, constrói certezas que entram em embate com os dizeres do locutor-secretário. Posteriormente, estudamos os dizeres e sua relação com o lugar social ocupado pelo falante na cena enunciativa, como pensado por Guimarães (2002), que o autoriza ao dizer normativo, e por vezes punitivo, considerando a performatividade do dizer. Por fim, apresentamos as considerações finais tomadas a partir das análises, que permitem perceber o funcionamento de dizeres que não se sustentam em evidências.

Os movimentos de legitimação na enunciação: o saber científico e o lugar social

A pandemia da COVID-19, com início em março de 2020, reconfigurou diversas práticas e atividades rotineiras em todos os setores da esfera social em todo o mundo. A educação formal não escapou a essas reconfigurações e suspendeu suas atividades presenciais em todo o país. Dado o cenário de incertezas e instabilidade no qual fomos repentinamente inseridos, não se sabia ao certo quando haveria uma vacina ou quando as atividades educativas poderiam retornar presencialmente. Sendo assim, cada governo de estado, enquanto adaptava a educação em sua versão a distância¹², discutia formas e possíveis

¹² Cabe destacar que as aulas neste momento não se configuraram enquanto ensino EaD, mas como prática de Ensino Remoto Emergencial, as quais eram essencialmente mediadas por tecnologias, buscando dar continuidade ao ano letivo no momento de isolamento social.

previsões de retorno. É nesse contexto incipiente que analisaremos os dizeres do, à época, secretário de estado de educação de São Paulo, Rossieli Soares, em sua busca por significar a escola enquanto um espaço seguro, ainda em um momento de pré-vacinação.

Em uma entrevista publicada em dezembro de 2020¹³, o secretário Rossieli Soares tem suas práticas significadas pelo jornalista enquanto uma *“cruzada pelas voltas às aulas presenciais”* (recorte 3), tamanho seu esforço para que os professores e alunos pudessem regressar para a sala de aula. De acordo com ele, na data da entrevista, *“Muita coisa evoluiu de março ou maio pra cá, hoje a ciência mostra que o espaço escolar é seguro”* (recorte 4) e defendendo o retorno presencial, afirma que *“Pais da rede pública e particular seriam então responsabilizados ao não levarem seus filhos para aulas presenciais em 2021”* (recorte 5).

Legitimados por um lugar de dizer que faz funcionar esses dizeres enquanto argumentos de autoridade¹⁴, ameaçam punição aos pais¹⁵ que não se adequem ao provável retorno previsto para 2021. Cabe pontuar que em 2020, ano de maiores casos e recorrência de mortes por COVID-19, algumas escolas públicas já estavam funcionando no estado de São Paulo.

O Locutor se inscreve aqui em um discurso autoritário¹⁶, que assujeita seu alocutor ao comando, à obediência, valendo-se de mecanismos como o conselho tutelar¹⁵. Há, nessa inscrição, a manutenção de uma relação de força na qual não se abre espaço para diálogos, no entanto, a todo discurso autoritário, abre-se espaço para a resistência, de natureza contraditória, como veremos.

Na entrevista é destacado que

1800 das cerca de 5 mil escolas estaduais estão com atividades presenciais

¹³ Cafardo (2020).

¹⁴A autoridade é um dos critérios pensados por Austin (1990) para que um enunciado performativo cumpra com sua ação. É aqui que propomos a relação com a cena enunciativa, ao pensar no lugar social em que o falante ocupa, o qual o autoriza a dizer e que tem efeito performativo em seu dizer.

¹⁵Trecho da entrevista: “O pai que não levar o filho para a escola pode ser punido? O pai ou mãe podem ser responsabilizados, sim. Podemos encaminhar para o conselho tutelar e caberá a ele fazer a tutela do direito da criança.”

¹⁶Orlandi (1983) classifica os discursos em lúdico, polêmico e autoritário, este sendo da ordem da imposição, sem espaço para polissemia, cabendo o assujeitamento ao comando.

“O pai que não levar o filho para a escola pode ser punido?” Os embates na construção de certezas sobre o retorno presencial às aulas

*A volta, por enquanto, é voluntária. Na semana passada, Rossieli já conseguiu **uma vitória em sua cruzada**: mudar o decreto estadual garantindo que as escolas permaneçam abertas até na fase vermelha, a mais crítica da pandemia, como fizeram países europeus. (grifo nosso) (recorte 6)*

No recorte acima, “*Rossieli já conseguiu uma vitória em sua cruzada: mudar o decreto estadual garantindo que as escolas permaneçam abertas até na fase vermelha*”, percebemos a performatividade do dizer materializada no decreto citado, o qual permite às escolas funcionarem em momentos críticos de contaminação. Relacionado ao memorável da cruzada, significa-se uma vitória do secretário contra seus oponentes – aqueles que estão no lado oposto, pelo não retorno às atividades presenciais. Há na construção desse lugar uma oposição (eu vs. eles), em que a secretaria se apresenta em um lugar de oposição aos pais, alunos, professores, àqueles cujo bem-estar e zelo deveria ser sua prioridade.

O decreto publicado pelo secretário, e retomado na entrevista, “muda” condutas e ações de todos os envolvidos na educação estadual. Há uma busca de construção da certeza de que era seguro voltar à escola, mesmo em fase vermelha¹⁷, na qual os números de contaminados eram altos e os leitos de UTI estavam ocupados em capacidade máxima. Como poderia ser a escola um espaço seguro em tal contexto? Quando questionado sobre isso e sobre o fato de que “as pesquisas ainda indicam que a maioria da população quer a escola fechada para conter a pandemia”, Rossieli busca, novamente, amparo na ciência e afirma que os pais e responsáveis

*Não enxergam que muita coisa evoluiu de março ou maio pra cá, hoje a **ciência mostra** que o espaço escolar é seguro. As crianças não são grandes transmissores, não são o principal grupo de risco, mas são as mais afetadas por fazerem esse sacrifício de não ir à escola (grifo nosso) (recorte 7).*

O secretário busca, ao longo de toda a entrevista, construir a certeza de segurança por enunciados alegadamente sustentados na ciência, em uma tomada

¹⁷ Cada estado estabeleceu um programa de estágios de contaminação, dividindo-os em fases, sendo a vermelha a mais crítica, na qual o número de contaminados e mortes estava no ápice. No plano do estado de São Paulo, disponível em (São Paulo, 2021). Fase vermelha é significada como “Alerta máximo: Fase de contaminação, com liberação apenas para serviços essenciais”.

de posição arbitrária que desconsidera a voz de agentes educacionais, de pais e alunos que não se sentiam confortáveis com o retorno e mente sobre a avaliação da pandemia feita pela ciência naquele momento. O que parece sustentar com uma "força maior" o dizer de Rossieli é o seu lugar social, ou seja, ser secretário de educação legitima seu dizer.

No entanto, nas incertezas da pandemia, sua autoridade não é suficiente, uma vez que precisa mobilizar, como argumento, a ciência para dizer o que diz. Notemos que não é mencionado qualquer estudo científico ou fonte primária a que se possa recorrer, nem mesmo o dizer é endossado por um profissional da área da saúde.

Essa certeza, que se buscou extensivamente ser afirmada e reafirmada, foi amplamente questionada e alvo de dizeres contraditórios, que buscaram construir outra(s) certeza(s), as quais apontam um cenário de mais instabilidade e menos segurança, um contexto no qual as crianças ainda não haviam sido vacinadas e poderiam facilmente se contaminar e ser agentes transmissores do vírus. Destacaremos alguns enunciados publicados em notícias ao longo de 2021, ano para o qual o secretário defendeu a efetiva volta às aulas, bem como em uma carta aberta publicada em outubro do referido ano, apontando a construção de uma certeza outra.

Embate com outros saberes: contra-argumentação e a ciência

Em março de 2021, ano para o qual o secretário defendeu em entrevista a volta às aulas presenciais, um colégio particular de Campinas registrou um surto de COVID-19, que resultou na morte de uma professora de 57 anos, após 21 dias de internação. Na ocasião, mais de 40 pessoas, entre professores e alunos, testaram positivo. A escola ficou fechada por dois dias. Destacamos um enunciado da notícia¹⁸ que aponta a suspensão das aulas presenciais após o município decretar onda vermelha:

¹⁸ Escola [...], (2021).

“O pai que não levar o filho para a escola pode ser punido?” Os embates na construção de certezas sobre o retorno presencial às aulas

*Nesta quarta (3), a partir da adoção da fase vermelha, as aulas presenciais estão suspensas em Campinas, tanto nas escolas das redes pública e particular. **A medida é mais restritiva que a determinada pelo estado, que permite o ensino presencial nessa etapa** (grifo nosso) (recorte 8).*

Estabelece-se uma argumentação que impõe um grau de comparação das medidas municipais em detrimento das medidas estaduais¹⁹, às quais permitem aulas presenciais na fase vermelha. Ponto destacado e defendido pelo secretário em sua entrevista, considerado uma “vitória em sua cruzada”.

Em agosto de 2021, é publicada uma reportagem²⁰ que expõe prováveis erros por parte do governo estadual na contabilização e acompanhamento da progressão de casos de contaminação pelo vírus nas escolas. São apontados erros no sistema de contabilização e monitoramento:

*Em maio, a pasta informou que passaria a divulgar de forma diferente os casos registrados nas escolas, **com classificação de prováveis e confirmados**. Os prováveis são aqueles que alunos e funcionários apresentaram **resultado positivo de teste do tipo RT-PCR ou de antígeno**, mas cujos dados **não foram validados pela Secretaria de Saúde**. [...] É mais um aspecto em que a pandemia castiga muito mais a população menos favorecida. O estudante da escola pública, que já teve menos oportunidades de estudo, ainda **fica sem acesso à testagem, monitoramento, rastreamento que o permita continuar na escola em segurança**”, diz Renato Kfoury, infectologista pediátrico (Grifos nossos) (recorte 9).*

Nesse recorte é indicada a má atuação dos gestores públicos frente às demandas da escola no momento pandêmico, o que resultou na contaminação de alunos, professores e funcionários. Naquele momento se fazia necessária a testagem, o monitoramento e o rastreamento de casos para a escola ser um espaço seguro.

Em entrevista, o secretário busca construir insistentemente sobre ofertar oportunidades aos alunos, dizendo que eles não podem ficar fora da escola. Mas, nos recortes acima, conseguimos analisar, pela fala de um especialista, que as condições de testagem e de monitoramento estavam em defasagem, o que colocava

¹⁹ Lembramos aqui que o estado estabeleceu normas para o funcionamento das escolas estaduais, e coube ao município estabelecer normas próprias - as quais deveriam ser seguidas pelas escolas particulares e municipais -, que poderiam ir ao encontro das normas estaduais ou não. Nesse caso, há um descompasso com as normas do estado, uma vez que na onda vermelha as aulas presenciais deveriam ser suspensas.

²⁰ Palhares (2021).

em risco a vida dos estudantes e de seus familiares. Esse dizer se opõe à certeza construída pelo secretário. Abaixo, é trazida a voz do especialista da saúde, presente na mesma reportagem, confrontando a validação científica que o secretário alegou na construção de certeza da escola enquanto um espaço seguro, contrapondo, assim, o dizer do secretário:

Para a epidemiologista Ana Brito, da Fiocruz, as classificações usadas pelo governo paulista para acompanhar os casos nas escolas não têm embasamento científico. “Do ponto de vista de monitoramento e rastreamento dos casos, não há porque dividir os casos em confirmados e prováveis” (recorte 10).

Confirmamos, assim, que o embasamento científico buscado pelo secretário, ao longo de sua entrevista, é contraposto ao que é praticado e enunciado pelos cientistas durante 2021, reduzindo a participação da ciência em seu discurso enquanto mero reforço de legitimação. Os caminhos seguidos pela secretaria de saúde, em parceria com a secretaria de educação, em 2021, desencontram-se das orientações de especialistas das áreas e do próprio discurso científico. O secretário significa, portanto, pelo não dito, o discurso negacionista que deslegitima o conhecimento científico. Ele mente sobre a posição da ciência para fazer como se estivesse se baseando nela.

Transgressão e resistência: A carta de resistência ao governo

De acordo com Michel Pecheux (1990, p. 17), a resistência se caracteriza enquanto “quebras de rituais [...] transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião [...]”.

Dessa forma, não poderíamos deixar de pontuar o caráter transgressor e de resistência que a carta opera, se opondo as certezas construídas nos dizeres performáticos do secretário de educação do estado de São Paulo.

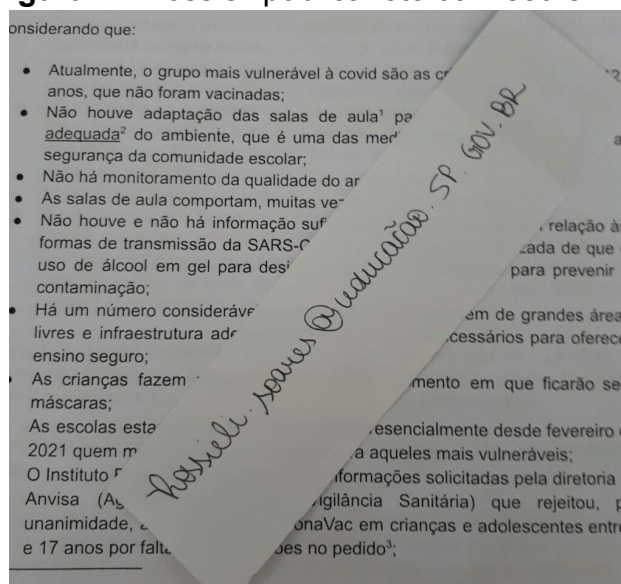
Ao longo da pandemia, gestos de resistência se fizeram no Brasil por parte de profissionais de diversas áreas. Quando os gestores agiam em nome de interesses econômicos e em detrimento da saúde pública, protestos como esta carta vinham a público. Os cidadãos foram às ruas protestar em diversas ocasiões contra o Governo

Federal, principal gestor do país, que assumiu um discurso negacionista²¹, desde o início da pandemia, e buscou culpar governadores e prefeitos pelos efeitos negativos da pandemia na economia, criticando o fechamento de comércios e escolas.

Neste movimento surge a carta aberta ao Governo do Estado de São Paulo e ao secretário de educação do estado de São Paulo, o qual se negou a dialogar com as vozes de resistência: “Secretário Rossieli Soares se negou a receber o movimento e enviou um pedaço de papel com o e-mail de contato escrito à mão para que as mães e os pais escrevessem a ele”²².

Ao procurarem Rossieli na secretaria de educação para dialogar sobre as demandas do grupo, receberam como resposta seu e-mail.

Figura 1 - Rossieli publica foto com seu e-mail



Fonte: Movimento Famílias pela Vida (2020)

Tal carta aberta, publicada em outubro de 2021²³, próximo ao fim do referido ano em que o secretário defendia o retorno presencial, tem como destinatários o Governo e o secretário de educação do estado de São Paulo, apresentando diversas questões no embate à decisão de retorno das aulas presenciais. A carta

²¹Medeiros (2021), Tenente (2022) e Chaib *et al.* (2021).

²²Assunção (2021).

²³ REMA (2021).

“O pai que não levar o filho para a escola pode ser punido?” Os embates na construção de certezas sobre o retorno presencial às aulas

começa questionando “o retorno obrigatório dos alunos das redes estadual e privada às aulas presenciais, sem rodízio e sem distanciamento físico” (recorte 11) e o fato de que

“Não houve nenhum diálogo com as famílias ou estudantes, nem escuta a especialistas com estudos relevantes que poderiam ajudar a avaliar os riscos da flexibilização das medidas” (recorte 12).

O texto contesta também diversas certezas que o secretário buscou construir em sua entrevista, sendo algumas delas: “As crianças não são grandes transmissores, não são o principal grupo de risco [...] milhares de pias foram construídas, infraestruturas refeitas, as escolas estão repaginadas” (recorte 13). No entanto, de acordo com a carta:

Atualmente, um dos grupos mais vulneráveis à COVID-19 são as crianças de menos de 12 anos, que não foram vacinadas [...] Não houve adaptação das salas de aula para permitir uma ventilação adequada do ambiente, que é uma das medidas mais importantes para a segurança da comunidade escolar [...] Há um número considerável de escolas que não dispõem de grandes áreas livres e infraestrutura adequada para os desafios necessários para oferecer ensino seguro (recorte 14).

A carta ainda aponta que “A obrigatoriedade do retorno presencial neste momento é um grande equívoco” (recorte 15), e destaca que

*O estudo em que a Secretaria Estadual de Educação se baseia para afirmar que há baixíssima probabilidade de contágio pelo coronavírus nas escolas tem uma **metodologia questionável**, já que considera como realidade que todas as escolas de todas as cidades avaliadas retomaram suas atividades presenciais, o que não aconteceu e sem testagem ampla no momento do estudo nas escolas estudadas entre outros problemas (grifo nosso) (recorte 16).*

A carta é assinada por pesquisadores das áreas da educação e da saúde, ao todo, 56 profissionais, entre professores de universidades federais e estaduais, infectologistas, professores da rede básica de ensino e médicos. Tais profissionais representam cinco grupos, sendo eles: Movimento Famílias pela Vida; Rede Análise COVID-19; Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas e Sociedade; Grupo Interdisciplinar Ação Covid-19 e Fórum Oficial da Assistência Social - Município de

São Paulo. Percebe-se o embate na construção de certezas e mais uma vez o estado tem suas metodologias questionadas, como vimos no recorte 10, em um embate entre os lugares do secretário de estado e dos movimentos de resistência.

Performatividade, cena enunciativa e lugar social

A forma como as certezas são construídas por uma relação com a autoridade que tem o poder gestor de normatizar as condutas na pandemia, mas recorre a uma alegada posição da ciência, mentindo sobre essa posição para sustentar sua argumentação, indica o litígio de sentidos como parte dos embates sociais que se configuraram na pandemia.

Sendo assim, o trabalho com a cena enunciativa permite ao analista especificar os sujeitos da enunciação, as configurações dos lugares e modos de dizer, portanto, apreender o político no acontecimento de linguagem. Ao considerar a cena enunciativa, necessariamente consideramos "o próprio modo de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua" (Guimarães, 2002, p. 23). É na descrição da cena que explicitamos o agenciamento enunciativo, ou seja, como o falante é agenciado em locutor, de acordo com uma divisão de lugares de enunciação.

Nos recortes apresentados, temos um falante agenciado enquanto locutor que ocupa o lugar social de secretário locutor da educação, o qual nos referimos na descrição da cena enunciativa enquanto secretário da educação. Essa explicitação é importante, pois o lugar social funciona na regulação daquilo que pode ou não ser dito, projetando a legitimidade daquilo que é enunciado.

Os recortes abaixo também permitem observar nas afirmações do secretário a construção de certezas que sustentam a normatização imposta para as condutas na educação.

“Muita coisa evoluiu de março ou maio pra cá, hoje a ciência mostra que o espaço escolar é seguro. Para o estudante não voltar, só com atestado médico, se tiver no grupo de risco” (recorte 16).

No recorte acima, o locutor agenciado em locutor-secretário da educação

enuncia por duas vozes: uma genérica que afirma o fato de que *“muita coisa evoluiu de março ou maio para cá”*; a outra voz universal evoca uma visão atribuída à ciência de que *“o espaço escolar é seguro”*. Esse memorável da ciência significa neste recorte uma certeza que estaria supostamente respaldada por um saber legitimado e que autorizaria o locutor a normatizar: *“Para o estudante não voltar, só com atestado médico, se tiver no grupo de risco”* (recorte 17).

Alegar a seguridade da escola, sustentando-se pretensamente na ciência e exigir o retorno de todos os envolvidos, poderia apresentar consequências fatais. Austin (1990, p. 92) aponta que *“invocamos recursos linguísticos [...] para negar nossa responsabilidade”*, o que é feito ao acionar a ciência enquanto orientadora desta decisão, como pode ser percebido em *“hoje a ciência mostra que o espaço escolar é seguro”* (recorte 4).

Importante lembrar também que, de acordo com os locutores-especialistas da saúde e da educação mobilizados na carta aberta, naquele momento previsto para o retorno, a ciência não projetava essa segurança afirmada na fala do secretário. De acordo com a carta:

O número de casos de SRAG em menores de 12 anos no Estado de SP está muito acima da média histórica, em todas as faixas etárias; Apesar da baixa taxa de mortalidade, há risco de covid longa, com efeitos a longo prazo já documentados para crianças e adolescentes (recorte 18).

Há, neste caso, um embate entre o dizer do secretário e o dizer dos especialistas, no entanto, sem os mesmos efeitos, uma vez que a carta com dizeres dos especialistas não é suficiente para impedir o retorno presencial obrigatório.

Neste trecho, *“Educação é direito da criança e dever do Estado, deve ser obrigatória dentro dos protocolos.”* (recorte 19), o locutor-secretário da educação, agenciado por um locutor universal²⁴, trazendo para o acontecimento o memorável da Constituição Federal, que funcionará como argumento para a conclusão *“as crianças devem voltar para escola”*, impulsiona as seguintes paráfrases que irão refutar a hipótese ou se sobrepor ao pressuposto de que não é seguro retomar as atividades:

²⁴ O enunciador universal é "quando a enunciação representa o locutor como fora da história e submetido ao regime de verdadeiro ou falso" (Guimarães, 2002, p. 26).

- o Estado deve garantir o direito à educação;
- as crianças têm direito à educação que deve ser garantido pelo Estado;
- ir à escola é obrigatório.

O memorável da constituição movimenta o sentido de que a obrigatoriedade de ir à escola deve estar acima das restrições sanitárias impostas com a crise pandêmica e sustenta o posicionamento relativamente à questão da importância da retomada das atividades presenciais, significando no não enunciado:

- é meu dever cumprir a lei, portanto as crianças devem voltar às aulas.

Nesta forma de enunciar e defender o retorno presencial das atividades escolares, toda a argumentação recai sobre o direito da criança, esvaziando a problemática do retorno às atividades presenciais dentro do complexo sistema educacional brasileiro, além de apagar as condições e os protocolos sanitários. As legislações relativas à segurança dos servidores e dos professores, as condições de transporte para que os alunos possam ir à escola e a situação das famílias de todos os envolvidos na eventual retomada não aparecem como questão pertinente para a defesa.

Ao dizer algo, silenciemos outros dizeres possíveis, mas indesejáveis. Esse silêncio trabalha na formação de sentidos, os atravessa e os divide (Orlandi, 1992). Segundo Orlandi (1992, p. 10), “[...] a parte voltada ao silêncio é, sempre, em qualquer conjuntura histórico-social, mais importante do que o que se diz”. Neste caso, ao silenciar as questões apontadas acima, o dizer do locutor-secretário trabalha na (re)afirmação de sua certeza: a escola é um espaço seguro, e os alunos devem voltar. Há um silêncio sobre as condições sanitárias, econômicas e psicológicas da população.

No recorte 20, o retorno ao presencial é enunciado como certeza no dizer do secretário. Cabe pontuar que é mencionado um provável diálogo com o Conselho Estadual de Educação, mas apenas para decidir “o que será obrigatório ou não”, não para debater o retorno presencial, o que já é certeza. Tal posicionamento anula indiretamente a natureza consultiva e decisória de outras instâncias sociais.

*O decreto fala que caberá à secretaria determinar, mas obviamente se os alunos retornarem precisamos dos professores. Vamos publicar uma normativa na primeira quinzena de 2021 falando sobre convocação dos professores, observando grupo de risco, mas teremos, sim, nossos profissionais na escola. Também vamos discutir com o Conselho Estadual de Educação em janeiro o que será obrigatório ou não. Mas **com certeza** nós teremos aulas presenciais públicas (grifo nosso) (recorte 20).*

Não há espaço para diálogos ou réplicas, como foi destacado no início da carta aberta, no recorte 12. O que é ilustrado na resposta do secretário ao enviar seu e-mail como devolutiva ao grupo na tentativa de diálogo, indica que a carta, já publicada, só terá validade para ele se enviada oficialmente ao seu e-mail; é como se ele afirmasse não considerar o que se diz, uma vez que esse dizer só será legitimado se enviado oficialmente. Além disso, abre o sentido para que essa interlocução se estabeleça somente pelo correio eletrônico. Desmobilizando a tentativa de diálogo proposta pelo grupo, inserindo-a em trâmites burocráticos.

Tanto a falta de diálogo quanto a resposta do secretário nos chamam a atenção para um aspecto constitutivo da cena enunciativa: o político. Entendemos esse conceito, como o desenvolve Guimarães (2018, p. 50), enquanto da ordem do conflito, uma vez que o político

se caracteriza pela oposição entre a afirmação de desigualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam: organizam os lugares sociais e suas relações, identificando-os (ou seja, atribuindo-lhes sentido) [...]. Por este conflito o real se divide e redivide, se refaz incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos.

Diante disso, há esse conflito estabelecido na tentativa de ressignificar as decisões anunciadas pelo governo. No entanto, são enunciados que ecoam sem resposta, uma vez que o secretário e as figuras representativas do poder público desconsideram a interlocução com as partes envolvidas como gestão democrático para a tomada de decisões, negando qualquer possibilidade de redivisão ou ressignificação dos dizeres, logo, das práticas que foram ou serão adotadas. A cena enunciativa é assim configurada, no acontecimento da entrevista, em um locutor-secretário da educação que mobiliza alocutores os quais devem responder a sua ordem de retorno às atividades presenciais. Sem espaço para diálogo ou

(re)divisão de sentidos.

Considerações finais

As certezas significadas nos dizeres do locutor-secretário da educação são um modo de negação dos fatos, da situação crítica vivida no momento pandêmico de 2020-2021, em que se evita por recomendação científica aglomerações e contato físico. Produzem-se certezas que se chocam com os dizeres da ciência, ao afirmar que a escola era um espaço seguro, que os alunos deveriam voltar às aulas presenciais. Para tal, evoca-se o lugar social de secretário da educação, reforçado pelo memorável da ciência, que supostamente respalda e legitima o dizer, e também por uma infundada referência às leis que se sobreporiam a qualquer recomendação, mesmo no contexto da pandemia.

O dizer do locutor-secretário da educação busca produzir efeitos de certeza e de convencimento, inscrevendo sua performatividade em um litígio de sentidos. Há nessa busca pela construção da certeza, uma (re)divisão do real²⁵, um jogo entre lugares enunciativos que parece sempre favorecer determinadas figuras da enunciação, uma vez que os falantes são divididos desigualmente, não tendo os mesmos direitos ao dizer.

O locutor, em um discurso autoritário, desconsidera e faz valer sua autoridade gestora de modo anti-democrático, ameaçando punição aos pais cujos filhos não compareceram às aulas presenciais²⁶, se negando à interlocução com os especialistas e com os diretamente envolvidos; produzindo certezas falsas e silenciando dizeres fulcrais. Essas certezas são ancoradas de modo mentiroso na ciência – se inscreve em um negacionismo da ciência sem assumir essa posição – fingindo que se segue a ciência ao falseá-la para legitimar seu dizer e nas leis, como a Constituição Federal.

²⁵ Relacionamos aqui ao conceito de político proposto por Guimarães (2002, p. 22) o qual se caracteriza por uma “contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos”.

²⁶ Trecho da entrevista: “O pai que não levar o filho para a escola pode ser punido? O pai ou mãe podem ser responsabilizados, sim. Podemos encaminhar para o conselho tutelar e caberá a ele fazer a tutela do direito da criança.”

O dizer do secretário, ao se dar como uma imposição normativa, é bem-sucedido²⁷ porque obriga o retorno às aulas e sua determinação é cumprida, porém, é mal-sucedido como dizer que deveria se dar no lugar de gestor em uma democracia e sustentado em atos de fala²⁸ de debate democrático.

Referências

ASSUNÇÃO, Clara. Especialistas pedem revogação de aulas presenciais obrigatórias em São Paulo. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 3 nov. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/especialistas-pedem-revogacao-de-aulas-presenciais-obrigatorias-em-sao-paulo/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.

BETIM, Felipe; BENITES, [Afonso](#). Afastado até de Trump, Bolsonaro lidera negacionismo do coronavírus no mundo e incentiva ‘fake news’. *El País Brasil*, São Paulo, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-31/afastado-ate-de-trump-bolsonaro-lidera-negacionismo-do-coronavirus-no-mundo-e-incentiva-fake-news.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BETIM, Felipe. Um Governo negacionista e doente de covid-19. *El País Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-20/um-governo-negacionista-e-doente-de-covid-19.html><https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-31/afastado-ate-de-trump-bolsonaro-lidera-negacionismo-do-coronavirus-no-mundo-e-incentiva-fake-news.html>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Uso precoce de cloroquina e ivermectina opõe médicos e pesquisadores*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/676189-uso-precoce-de-cloroquina-e-ivermectina-opoe-medicos-e-pesquisadores/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CAFARDO, Renata. Secretário de Educação de SP defende volta obrigatória dos alunos às escolas. *Estadão*, São Paulo, 21 dez. 2020. Disponível em:

²⁷ Segundo Austin (1990) os enunciados performativos podem ser divididos de acordo com as suas condições de felicidade, podendo serem bem-sucedidos ou mau-sucedidos. O enunciado bem-sucedido é aquele em que a ação por ele designada é realizada. O mau-sucedido ou nas palavras de Austin, infeliz, é aquele que por alguma condição específica não tem sua ação realizada.

²⁸ De acordo com John Austin (1975, p. 1) “produzir um enunciado é realizar/perfomar um ato”.

“O pai que não levar o filho para a escola pode ser punido?” Os embates na construção de certezas sobre o retorno presencial às aulas

<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,secretario-de-educacao-de-sp-defend-e-volta-obrigatoria-dos-alunos-ao-ensino-presencial,70003559008>.
educação. Acesso em: 10 jan. 2022.

CHAIB, Julia; MACHADO, Renato; REZENDE, Constança; VARGAS, Mateus. Relatório da CPI aponta negacionismo como política de Bolsonaro, filhos, ministros e apoiadores. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/relatorio-da-cpi-aponta-negacionismo-como-politica-de-bolsonaro-filhos-ministros-e-apoiadores.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CRUZ, Elaine Patrícia. Aulas presenciais em São Paulo devem ser reiniciadas em julho. *Agência Brasil*, São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-04/aulas-presenciais-em-sao-paulo-devem-ser-reiniciadas-em-julho>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DIRETORES da Prevent Senior admitem em CPI uso de 'kit Covid' na pandemia, mas dizem que médicos tinham autonomia. *G1 SP*, São Paulo, 3 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/03/diretores-da-prevent-senior-admitem-em-cpi-uso-de-kit-covid-na-pandemia-mas-dizem-que-medicos-tinham-autonomia.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ELIAS de OLIVEIRA, Sheila. Certeza, Sentido, Conhecimento. *Revista Linguasagem*, São Carlos, v.34, p. 1-20, jan./jun. 2020. Número temático.

ESCOLA particular de Campinas que registrou surto de Covid confirma morte de professora. *G1*, Campinas, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/03/03/escola-particular-de-campinas-que-registrou-surto-de-covid-confirma-morte-de-professora.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FREITAS, Clayton. Vistoria do TCE aponta problemas graves em escolas municipais e estaduais de SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/11/vistoria-do-tce-aponta-problemas-graves-em-escolas-municipais-e-estaduais-de-sp.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, Cena enunciativa, Designação. *Fragmentum*, Santa Maria, v. 40, p. 49-76, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/17264/10431>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica, enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

MEDEIROS, Israel. Bolsonaro retoma discurso negacionista e faz pronunciamento

eleitoreiro. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 31 dez. 2021 . Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/12/4974558-bolsonaro-retoma-discurso-negacionista-e-faz-pronunciamento-eleitoreiro.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

PALHARES, Isabela. Gestão Doria deixa de contar casos confirmados e mortes por Covid em escolas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/gestao-doria-deixa-de-contar-casos-confirmados-e-mortes-por-covid-em-escolas.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PEREIRA, Felipe; MESQUITA, Patrick; BERMÚDEZ, Ana Carla. SP adia volta às aulas presenciais para 7 de outubro. *UOL*, São Paulo, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/07/sp-adia-volta-as-aulas-presenciais-para-7-de-outubro.htm>. Acesso em: 10 fev. 2022.

REMA: Rede de Mães da Escola Pública por Direitos. *Famílias Pela Vida*, [S. l.], 1 nov. 2021. Disponível em: <https://remapordireitos.wixsite.com/info/post/carta-aberta-contr-obrigatoriedade>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Retomada consciente: Governo de São Paulo tem uma estratégia para retomar com segurança a economia do estado durante a pandemia do coronavírus. São Paulo: [Secretaria de Educação], 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planoesp/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. *Apresentação de quando dizer é fazer*. A filosofia da Linguagem de J. L. Austin. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.

SP: Secretário de Educação defende volta obrigatória às aulas. *Carta Capital*, São Paulo, 21 dez. 2020 . Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/sp-secretario-de-educacao-defende-volta-obrigatoria-as-aulas/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

TENENTE, Luiza. Bolsonaro é definido como 'um dos maiores negacionistas do coronavírus do mundo' em livro didático de escolas na Noruega. *G1*, São Paulo, 26 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/08/26/bolsonaro-e-definido-como-um-do-s-maiores-negacionistas-do-coronavirus-do-mundo-em-livro-didatico-de-escolas-na-noruega.ghtml>. Acesso em: 13 out. 2022.

MOURA JÚNIOR, G. A; REIS, C. F.

“O pai que não levar o filho para a escola pode ser punido?” Os embates na construção de certezas sobre o retorno presencial às aulas

Recebido em: 27 jun. 2023
Aprovado em: 10 out. 2023.

Revisora de língua portuguesa: Juliana de Barros Souto

Revisor de língua inglesa: Otto Ferreira

Revisora de língua espanhola: Juliana Moratto

